

A CAPITAL

Director interino: RODOLFO IRIARTE

PROPRIEDADE: S.G.C. SOCIEDADE GRÁFICA DE «A CAPITAL» - R. JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR, 66 - LISBOA-1 * TELEFS. 688125/6/7 * END. TELEG. ACAPITAL * TELEX 12386

CRÓNICA DE NATÁLIA CORREIA NÃO PUBLICADA EM «A CAPITAL»

A não inserção em «A Capital» na segunda-feira, 28 de Julho da habitual coluna da escritora Natália Correia «Crónicas Vagantes», tem sido motivo de algumas notícias e ilações menos correctas vindas a público em diversos órgãos da Informação. Nestas circunstâncias, o plenário de trabalhadores deste jornal, reunido em 1 de Agosto, deliberou que aos nossos leitores fossem expostas as razões pelas quais a citada crónica não chegou a ser publicada nas colunas de «A Capital».

Cumpra-nos sublinhar como facto primordial de todo

(Continua na pág. 11)

NOVO GOVERNO TOMA POSSE

MEDIDAS MORALIZADORAS E DE AUSTERIDADE

MEDIDAS moralizadoras e de austeridade foram enunciadas pelo Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves como indispensáveis para se vencer a crise económico-social em que o País se debate, ao ser esta manhã empossado, pelo Presidente da República, general Costa Gomes, o V Governo Provisório. A cerimónia decorreu na Sala Luís XV, do Palácio de Belém, e para além dos três membros do Directório — Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho — estiveram presentes vários militares, de diferentes graduações, dos três ramos das Forças Armadas, entre os quais os seguintes membros do Conselho da Revolução: general Moraes da Silva, almirantes Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho, comandantes Ramiro Correia, Almada Contreiras e Martins Guerreiro, major Pereira Pinto, 1.º tenente Judas e capitães Graça Cunha e Ferreira de Sousa. Ausentes os militares afectos ao chamado «grupo Melo Antunes», assim como qualquer representante dos partidos políticos.

Um ministro com duas pastas

Dois vice-Primeiros-Ministros e oito ministros, um deles ocupando interinamente uma das duas pastas que lhe foram atribuídas, são os novos elementos que desde hoje fazem parte do V Governo Provisório.

O prof. Teixeira Ribeiro e o tenente-coronel Arnão Metelo são os dois vice-Primeiros-Ministros. O dr. Mário Ruivo, ministro dos Negócios Estrangeiros, o prof. Pereira de Moura, ministro dos Assuntos Sociais, o desembargador Rocha e Cunha, ministro da Justiça, o capitão-tenente Quitério de Brito, ministro da Indústria e Tecnologia, o dr. Domingos Lopes, ministro do Comércio Externo, o dr. Macaísta Malheiros, ministro do Comércio Interno, o dr. Oliveira e Sá, ministro do Equipamento Social e Ambiente, ocupando também interinamente o cargo de ministro dos Transportes e Comunicações, e o major Alfredo Cândido Moura, ministro da Administração Interna, são os novos titulares de pastas, hoje, empossados.

Mantêm-se nos cargos que já desempenhavam anteriormente o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, o ministro da Defesa, comandante Silvano Ribeiro, o ministro da Coordenação Económica, prof. Mário Murteira, o ministro das Finanças, dr. José Joaquim Fragoso, o ministro do Trabalho, major Costa Martins, o ministro da Agricultura e Pescas, eng.º Oliveira Baptista, o ministro da Educação e Investigação Científica, major Emílio da Silva e o ministro da Comunicação Social, comandante Correia Jesuino.

O Ministério da Coordenação Interterritorial foi substituído pela Secretaria de Estado da Descolonização, à frente da qual fica o dr. Jorge Ferro Ribeiro.

«Uma medida transitória»

O Presidente da República, depois do acto de posse, proferiu o seguinte discurso:

«Portugueses: Cumpra-me apresentar-vos em termos reais a solução encontrada para ultrapassar esta longa crise política cujos custos materiais e, sobretudo, humanos, necessitamos de reconhecer e de lamentar.

No momento actual estamos mais pobres, mais radicalizados e menos tolerantes; demos passos que nos afastaram da liberdade e da construção do Socialismo que o povo deseja e merece.

Foi uma experiência dolorosa cujo único saldo positivo será aprender uma lição colectiva de maturidade política; os indivíduos e as forças políticas necessitam me-

(Continua na página 24)



Fundação Cuidar o Futuro

Costa Gomes quando discursava em Belém, ladeado por Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho

“DOCUMENTO MELO ANTUNES” LEVANTA POLÉMICA

O «documento Melo Antunes», cuja divulgação veio ontem quebrar o silêncio a que se remetera a chamada ala moderada do Conselho da Revolução desde a última assembleia do M. F. A., desencadeou já a todos os níveis do Poder, militar e político, uma polémica nacional de consequências imprevisíveis, neste momento. Numa altura em que toma posse o V Governo Provisório, o de mais difícil formação desde o 25 de Abril por corresponder à crise mais aguda enfrentada pelo Poder, o «documento Melo Antunes», ao extremar as linhas de força hoje existentes no seio do M. F. A., virá por certo a influenciar a evolução imediata do processo político português. Não é mesmo de afastar a hipótese, de resto ultimamente adiada por vários círculos políticos, de que as soluções nele preconizadas venham a contribuir para que este V Governo, o de formação mais demorada, possa efectivamente ser o de mais curta existência.

Recusando «o modelo de sociedade socialista tipo europeu oriental», recusando «o modelo de sociedade social-democrata em vigor em muitos países da Europa Ocidental», os autores do documento — capitão Vasco Lourenço, major Canto e Castro, comandante Vitor Crespo, major Costa Neves, major Melo Antunes, major Vitor Alves, brigadeiro Francisco Charais, brigadeiro Pezarat Correia e capitão Sousa Castro, todos membros do Conselho da Revolução — afirmam lutar «por um projecto político de esquerda onde a construção de uma sociedade socialista — isto é, uma sociedade sem classes, onde tenha sido posto fim à exploração do homem pelo homem — se realize aos ritmos adequados à realidade social concreta portuguesa, por forma a que a transição se realize gradualmente, sem convulsões e pacificamente».

O documento foi entregue, às 16 horas de ontem, pelo capitão Vasco Lourenço ao Presidente da República. O capitão Lourenço, porta-voz do Conselho da Revolução, estava acompanhado por dois outros subscritores do documento. Só depois de dado a conhecer ao general Costa Gomes é que o documento foi apresentado a outras individualidades militares e tornado público. Dessas individualidades militares que aderiram «ao espírito e à letra» do documento sa-

lientam-se: coronel Garcia dos Santos, brigadeiro Rocha Vieira, tenentes-coronéis Ramalho Eanes, Fisher Lopes Pires, Castro Alves, Costa Brás e Adérito Figueira, capitães Salgueiro Maia, Lopes Camilo e Parente, majores Aventino Teixeira, Loureiro dos Santos, Rebelo Gonçalves e Gorda Lima, e comandante Mário de Aguiar.

Uma fonte de informação próxima dos autores do documento referiu que este nasceu a partir de posições defendidas desde há muito pelos seus signatários que, perante a gravidade da crise actual, decidiram defini-la a «preto no branco».

Directório condena divulgação de documento

As reacções à apresentação e divulgação do «Documento Melo Antunes» não se fizeram esperar. O Directório do Conselho da Revolução reuniu-se, pouco depois de o documento ter sido entregue ao Presidente da República, em Belém, tendo tornado público, ao princípio da madrugada, o seguinte comunicado:

«O Directório, ao tomar conhecimento da forma incor-

(Continua na página 2)



DOCUMENTO MELO ANTUNES LEVANTA

POLEMICA

(Continuação da 1.ª página)

acta e atentatória da disciplina e ética militar que traz a circulação de um documento dirigido ao Presidente da República por um grupo de oficiais e já tornado público em alguns órgãos de comunicação social, condena firmemente esta atitude que considera gravemente perturbadora do processo revolucionário em curso, divisionista e visando possibilitar o prolongar da actual crise política, na véspera da posse do novo Governo, o que, em definitivo, aproveita a escalada reacção que explora a presente situação em detrimento do povo português. Conforme estava previsto, o novo Governo tomará posse perante este Directório, hoje pelas doze horas.

«Não houve adesão» de Otelo

Por seu lado, também o general Otelo Saraiva de Carvalho, apontado como aderindo posição dos subscritores do documento, esclareceu a sua posição através de um comunicado do COPCON do seguinte teor: «A propósito de mais uma notícia especulativa saída hoje a lume na terceira edição do «Jornal Novo», o COPCON informa não ter havido adesão do general Otelo Saraiva de Carvalho ao conteúdo do documento citado na primeira página daquele vespertino e que o mesmo general considera pernicioso para o processo revolucionário em curso, tal forma de proceder, pelo divisionismo que provoca entre camaradas com diferentes pontos de vista sobre problemas de carácter político, sobretudo quando o documento tornado público é posto a circular para recolha de assinaturas. Melo Antunes também o ministro da Comunicação Social, comandante Correia Jesuino, em declarações prestadas a «O Século», afirmou tratar-se de um pronunciamento. — Uma posição destas obriga a um contraponto.»

mento que pode ter diversas formas: uma delas é deixar cair no vazio a atitude ingloria destes oficiais, outra é a mobilização de massas, outra ainda será a acção por vias militares — disse o titular da pasta da Comunicação Social. E acrescentou: «O sr. Presidente da República vê como pouco desejável a difusão do documento elaborado pelo grupo dos moderados.» Saliente-se que o «documento Melo Antunes» se refere ao projecto de decreto-lei sobre os órgãos de comunicação social atribuído a Correia Jesuino, considerando que esse projecto «ao instituir uma Comissão de Análise (e porque não «Comissão de Censura»?) servirá de ferro de lança apontada aos últimos e resistentes baluartes da imprensa livre neste País.»

«Críticas só formais»

Uma fonte próxima aos autores do documento classificado de «lamentáveis» as acusações de divisionismo dirigidas aos autores daquele. «Nunca até agora o COPCON considerou publicamente divisionistas tantas atitudes tomadas anteriormente por elementos responsáveis, nomeadamente com conotações partidárias», declarou essa fonte. A mesma fonte destacou que os ataques feitos ao «documento Melo Antunes» visam apenas «aspectos formais», não respondendo ao seu «conteúdo ideológico». — O documento deveria ser criticado pelo seu conteúdo, e não pela sua forma ou pela sua origem — acrescentou a fonte, precisando que algumas individualidades concordaram com muitos pontos formulados no documento mas que, uma vez que este veio a lume, vieram a rever a sua posição. «Até agora ninguém teve a coragem de dizer que o que o documento expressa é mentira», precisou. A informação adiantou ainda a hipótese de virem a ser tomadas medidas militares contra os autores do documento.

P. C. P. acusa documento de divisionismo

A publicação do «Documento Melo Antunes» provocou reacções de vários sectores políticos, quer condenando-o quer manifestando-lhe apoio. A Comissão Política do Comité Central do P. C. P. distribuiu, a propósito, a seguinte nota: «O P. C. P. tomou conhecimento de dois documentos distribuídos na noite do dia 7 para 8. Um assinado por um grupo de oficiais, outro pelo secretário-geral do P. S. Distribuídos à pressa nas vésperas da apresentação do novo Governo, essas iniciativas visavam manifestamente evitar, à última hora, a sua formação e posse. «O P. C. P. considera que, na gravíssima crise que se atravessa, em que estão ameaçadas as liberdades pela ofensiva contra-revolucionária, e a acção terrorista de bandos fascistas, tais atitudes, tendentes a complicar ainda mais a situação, em nada contribuem para a solução dos problemas que defronta a Revolução portuguesa. «São de combater iniciativas de divisão das forças populares e militares e de criação de um vazio político e de um ambiente de desconfiança generalizada. «Nosso sentido não é de reprovar, também, inteiramente as manifestações convocadas para hoje, sexta-feira, 8, cujo objectivo é complicar ainda mais a solução da crise e cujo resultado será apenas o de incitar a continuarem a ofensiva das forças contra-revolucionárias.»

P. S. e P. C. P. (m.-l.): Regozijo e apoio

«Apoio firme aos oficiais anticunhalistas» e «regozijo pelo desassombro» são referidos em comunicados emitidos esta madrugada, respectivamente pelo P. C. P. (m.-l.) e pela secção de Moscaide do P. S. O comunicado da secção do P. S., que «manifesta publicamente», entre outros pontos, «a rejeição de qualquer Governo

que venha a ser formado pelo general Vasco Gonçalves, por não lhe reconhecermos competência e isenção partidária, qualidades essenciais para obter o apoio do povo português», revela também o seu «regozijo pelo desassombro com que é feita a análise da situação política do País por um grupo de oficiais do M. F. A., publicada na 3.ª edição do «Jornal Novo» de ontem, «o que torna evidente a possibilidade de fazer a aliança povo-M. F. A.»

«Caminho para a salvação nacional»

Por seu lado, o P. C. P. (M.-L.), ao defender o «apoio firme aos oficiais anticunhalistas» declara que o documento «aponta o caminho para a salvação nacional frente à presente crise política e económica». Acrescenta ainda a nota do P. C. P. (M.-L.) que o caminho é «formar um Governo que lute pela independência nacional, contra o imperialismo, particularmente contra as duas superpotências — Rússia e Estados Unidos —, um Governo que lute contra o fascismo à Marcelo e o social-fascismo à Cunha, um Governo capaz de resolver a presente crise económica em vez de enterrar o País como os cunhalistas estão a fazer; pôr fim às actividades dos esquerdistas que criam um clima de anarquia favorável aos cunhalistas, e fazer respeitar a ordem democrática.»

TRANSIÇÃO GRADUAL E PACÍFICA PARA SOCIEDADE SOCIALISTA

É o seguinte o texto do «Documento Melo Antunes», entregue ao princípio da tarde de ontem ao Presidente da República pelo capitão Vasco Lourenço, um dos seus subscritores:

1. Os recentes desenvolvimentos da situação política em Portugal, incluindo o que tem vindo a processar-se no interior das Forças Armadas, decidiram um grupo de oficiais a tomar uma posição crítica relativamente aos acontecimentos mais em foco no desenrolar dos diversos episódios que têm paulatino a conturbada vida política dos portugueses nas últimas semanas. Parece a esses oficiais que se chegou a um ponto crucial do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974 e que é o momento das grandes opções, tomadas com serenidade e inquebrantável coragem, em relação ao futuro deste País. Parece-lhes, também, que é o momento de se clarificarem posições políticas e ideológicas, terminando com ambigüidades que foram semeadas e progressivamente alimentadas por todos aqueles que, dentro e fora das Forças Armadas, estavam interessados no descrédito de uns tantos para melhor podermos fazer valer e impor as suas próprias ideias. Recusam, à partida, os oficiais que por esta forma se manifestam, o epíteto de «divisionistas» com que têm tentado denegrir-los, tendo-se chegado ao escandaloso despudor de se sugerir a sua expulsão das Forças Armadas. Eles não abdicam do seu direito de crítica, direito esse que, num tão grave momento da vida nacional, assume o carácter de dever patriótico.

2. O Movimento das Forças Armadas nasceu do espírito e do coração de um punhado de oficiais democratas, patriotas e antifascistas que decidiram por termo a uma longa noite fascista e iniciar com todo o povo português, uma nova caminhada de paz, progresso e respeito, na base de um Programa Político universalmente aceite e respeitado. Sabe-se como as grandes movimentações das massas populares abriram novas perspectivas à revolução democrática iniciada em 25 de Abril de 1974 e como, a partir sobretudo das eleições gerais para a Assembleia Nacional Constituinte, a via para o «socialismo» passou a ter carácter irreversível. O Programa do Movimento das Forças Armadas era o elemento teórico da revolução democrática mas continha já o essencial das propostas políticas que apontavam para um dado modelo de socialismo. Em virtude disso, o pensamento de esquerda subjacente à elaboração do Programa não foi em nada ferido pelos chamados «avancos» do processo revolucionário, onde e quando esses «avancos» consideraram efectivamente à destruição das estruturas políticas, económicas e sociais do antigo regime e foram na prática, substituídas por novas estruturas operativas e actantes, base de uma nova organização político-social de «socialismo».

3. O País encontra-se profundamente abalado, defraudado relativamente às grandes esperanças que viu nascer com o M.F.A. Aproximase o momento mais agudo de uma crise económica gravíssima, cujas consequências não deixaram de se fazer sentir ao nível da ruptura, já iminente, entre o M.F.A. e a maioria do povo português. Alegre-se, dia a dia, e fôssse aberto entre um grupo social extremamente minoritário (parte do proletariado da zona de Lisboa e parte do proletariado alentejano), portador de um certo projecto revolucionário, e praticamente o resto do País, que reage violentamente às mudanças que uma certa «vanguarda revolucionária» pretende impor, sem atender à complexa realidade histórica, social e cultural do povo português. Finalmente, a fase mais aguda da descolonização (Angola) chega, sem que se tenha tomado em consideração que não era possível «descolonizar», garantindo uma efectiva transição pacífica para uma verdadeira independência, sem uma sólida coesão interna do poder político, e sem, sobretudo, se ter deixado de considerar que a «descolonização» devia continuar a ser, até se completar, o principal objectivo nacional. Vemo-nos agora a braços com um problema em Angola que excederá provavelmente a nossa capacidade de resposta, gerando-se um conflito de proporções nacionais que poderá, a curto prazo, ter catastróficas e trágicas consequências para Portugal e para Angola. O futuro numa autêntica revolução em Portugal está, em todo o caso, comprometido, em função do curso dos acontecimentos em Angola, à qual nos ligam responsabilidades históricas inegáveis para além das responsabilidades sociais e humanas imediatas para com os portugueses que lá trabalham e vivem.

4. Todo este grave conjunto de aspectos da vida nacional tem vindo sistematicamente a ser escamoteado e, mais do que isso, profundamente adulterado, por larga parte dos meios de Comunicação Social, através de um rígido controlo partidário que sobre eles se exerce — particularmente dos nacionalizados — assistindo-se hoje ao degradado e vergonhoso espectáculo da corrida de uma boa parte da população aos noticiários de emissoras estrangeiras sobre o nosso País. Como se isto não fosse já bastante, foi-se ao cúmulo de preparar um projecto de diploma que, ao instituir uma «comissão de análise» (e por que não «comissão de censura»?) serviria de ferro de lança apontado aos últimos e resistentes baluartes da Imprensa livre neste País.

5. Não se pretende esgotar, neste documento, a crítica à acção do regime instituído após o 25 de Abril ou, em especial, das instituições após o 28 de Setembro de 1974. Recentemente, muitas contribuições críticas têm vindo a público que, no essencial, esclarecem sobre as debilidades fundamentais do actual regime. Importa, ao grupo de oficiais que entendem chegado o momento de tomar posição, definirem-se tão claramente quanto possível, perante o povo português e relativamente às várias instâncias de poder político e, em particular ao M.F.A. E assim, entendem deixar expresso o seguinte: — Recusam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que cre, obtinidamente, que uma «vanguarda» absente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centros de poder político e nas estruturas militares.

6. O dirigismo burocrático típico de regimes totalitários é frontalmente negado por aqueles que lutaram no passado contra o fascismo e coerentemente se colocam agora numa perspectiva de luta contra novas formas de totalitarismo. — Recusam e repudiam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que cre, obtinidamente, que uma «vanguarda» absente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centros de poder político e nas estruturas militares. — Recusam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que cre, obtinidamente, que uma «vanguarda» absente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centros de poder político e nas estruturas militares. — Recusam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que cre, obtinidamente, que uma «vanguarda» absente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centros de poder político e nas estruturas militares.

7. Como se isto não fosse já bastante, foi-se ao cúmulo de preparar um projecto de diploma que, ao instituir uma «comissão de análise» (e por que não «comissão de censura»?) serviria de ferro de lança apontado aos últimos e resistentes baluartes da Imprensa livre neste País. — Recusam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que cre, obtinidamente, que uma «vanguarda» absente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centros de poder político e nas estruturas militares. — Recusam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que cre, obtinidamente, que uma «vanguarda» absente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centros de poder político e nas estruturas militares.

8. — Recusam e repudiam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que cre, obtinidamente, que uma «vanguarda» absente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centros de poder político e nas estruturas militares. — Recusam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que cre, obtinidamente, que uma «vanguarda» absente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centros de poder político e nas estruturas militares.

9. — Recusam e repudiam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que cre, obtinidamente, que uma «vanguarda» absente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centros de poder político e nas estruturas militares. — Recusam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que cre, obtinidamente, que uma «vanguarda» absente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centros de poder político e nas estruturas militares.

10. — Recusam e repudiam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que cre, obtinidamente, que uma «vanguarda» absente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centros de poder político e nas estruturas militares. — Recusam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que cre, obtinidamente, que uma «vanguarda» absente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centros de poder político e nas estruturas militares.

11. — Recusam e repudiam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que cre, obtinidamente, que uma «vanguarda» absente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centros de poder político e nas estruturas militares. — Recusam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que cre, obtinidamente, que uma «vanguarda» absente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centros de poder político e nas estruturas militares.

12. — Recusam e repudiam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que cre, obtinidamente, que uma «vanguarda» absente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centros de poder político e nas estruturas militares. — Recusam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que cre, obtinidamente, que uma «vanguarda» absente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centros de poder político e nas estruturas militares.

CORPO REDACTORIAL: Rodolfo Iriarte (chefe), Daniel Ricardo (chefe-adjunto), Mário Alexandre, Apilo Sottomayor e António Carvalho (subchefes), Nunes Cordeiro (secretário da Redacção), Rodrigues Alves (chefe da delegação do Norte), Abílio Faria, Afonso Serra, Alfredo Mourão, Almeida Martins, António dos Santos, António Vinagre, Calado Lopes, Edite Esteves, Encarnação Viegas, F. Castro, Faria de Moraes, Fernando Carneiro, Fernando Gaspar, Fernando Pires, Graciete Gaspar, Hélder Pinho, Jaime Saint-Maurice, Joana Godinho, João Vaz, José Goulão, José Sarabando, Manuel Batoré, Maria Gabriela, Maria Teresa Horta, Melra da Cunha, Natal Vaz, Oliveira Figueiredo, Óscar Mascarenhas, Pedro Oliveira, Pedro Vieira, Pina Cabral, Rogério Carapinha e Silva Marta. Repórteres fotográficos: Alberto Palhoto, Carlos Alberto, Feinando Ricardo, Inácio Ludgero, João Ribeiro, Joaquim Lobo e Teresa Monserrat. REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO e COMPOSIÇÃO: Rua Joaquim António de Aguiar, 66 — Telex: 699125/67 — Telex: 12386 — End. teleg.: «ACAPITAL» — IMPRESSÃO: Sociedade Nacional de Tipografia, Rua de «O Século», 41

Handwritten notes: 4.000/650 + 1000/61